

Produção de Texto à distância: sonhos recuperados pelas novas tecnologias

Maria Fernanda Loureiro de Azevedo, MSc *

Vera Lúcia Catoto Dias, MSc **

(*) SESC São José dos Campos
Instrutora de Atividade do Programa SESC Curumim
mfernanda@sicampos.seecsp.org.br

(**) UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba
Curso Normal Superior do Instituto Superior de Educação
vcatoto@univap.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma proposta para recuperação paralela de aprendizagem de crianças do Ensino Fundamental, Ciclo I, pela produção de textos à distância. Foi desenvolvida pela parceria entre uma professora-pesquisadora universitária do Curso de Formação de Professor, Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP – Brasil e uma educadora do Serviço Social do Comércio – SESC – Brasil, Projeto Curumim, instituição que atende crianças em período contrário de escolaridade, entenda-se após o período de aula. A parceria desenvolveu uma proposta que viabilizasse a recuperação da aprendizagem de crianças em fase inicial da aquisição da escrita, pela mediação de atividades planejadas, desenvolvidas e avaliadas entre a pesquisadora-professora e a educadora, pela comunicação via internet.

Abstract

The present work deals with a proposal for the recovery of first grade students with learning difficulties, by means of the use of distance produced texts. It was developed a partnership between a university professor from the Teachers Formation Superior Course, Paraíba Valley University – UNIVAP – and an educator from the Curumim Program, of the Commerce Social Service – SESC. The Curumim Program provides extra classes activities, after school hours, for children with learning difficulties. The partnership developed a viable proposal for the recovery of the children, based on planned activities, developed, and evaluated by the authors, via communication by internet.

1. INTRODUÇÃO

O uso do computador nas escolas é uma ação muito recente, A evolução tecnológica possibilita mais agilidade e eficiência em vários setores, e a educação pode se beneficiar desse progresso. É de fundamental importância utilizar o computador para auxiliar no desenvolvimento da leitura e da escrita.

O acesso à leitura e a escrita, por parte de toda a população brasileira, está na pauta de todos os planos de governo, enfim o discurso a favor da escolarização básica

da população brasileira. A eficácia desses discursos está no investimento em equipamentos e profissionais o que possibilitaria transformar em ações reais e concretas essas propostas.

A prática de alfabetização que se processa dentro do contexto atual, após as contribuições da psicologia genética de Jean Piaget (Piaget, 1993), os quase vinte anos da publicação das idéias sobre a psicogênese da aquisição da leitura e escrita estudada por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (Ferreiro & Teberosky, 1985), consiste em um processo de ensino e aprendizagem a partir do sujeito cognoscente e não mais como se aprender a ler e escrever fossem questão de método. As contribuições da utilização do computador, e da internet como um dos instrumentos que podem aprimorar e facilitar o processo de ensino e aprendizagem da língua materna.

Por ora, começamos a compreender que os que fracassam na escola não são diferentes dos que têm sucesso. Para todos eles, o desenvolvimento da leitura-e-da- escrita é um processo construtivo. A informação disponível, inclusive a sistemática propiciada pela escola, é apenas um dos fatores intervenientes. Se as crianças testam, com tanto esforço, diversas hipóteses estranhas a nosso modo de pensar, por alguma razão há de ser. (Ferreiro & Teberosky, 1985).

Considerando a necessidade da leitura e da escrita e a sua função social para o pleno desenvolvimento da cidadania pelo indivíduo este trabalho busca tratar a leitura, escrita e letramento de uma nova maneira, de forma que a criança interaja com o computador.

Sob essa perspectiva funcional da alfabetização, que tem por objetivo a função social da escrita, tem-se preferido usar o termo letramento [...] o processo de aprendizagem de uma escrita que nega a funcionalidade desta forma de interlocução, nega a subjetividade de autor e leitor, e sobretudo, nega o direito de usar a escrita para dizer a própria palavra. (Soares, 2003).

A comunicação pela utilização de novas tecnologias, programas e computadores, faz com que as crianças estabeleçam uma linguagem sem a mediação humana imediata, entre professor e aluno, mas sim entre máquina e usuário, o que viabiliza uma nova e diferente maneira de construir conhecimento.

A linguagem mostra-se de fundamental importância para recuperar a aprendizagem de crianças em fase inicial da alfabetização e letramento, o uso do computador e da literatura infantil proporciona um espaço virtual em que a criança, sem censura frente à aprendizagem, resgata sua auto-estima positiva e torna-se suscetível à aprendizagem.

Os interesses de uma criança dependem, portanto, a cada momento do conjunto de suas noções adquiridas e de suas disposições afetivas, já que estas tendem a completá-las em sentido de melhor equilíbrio. (Piaget, 1993).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 – Formação de Professores

A História da Educação no Brasil sinaliza que a cultura para a formação de professores tem sido em nível médio de ensino, em cursos de Magistério e/ou Normal,

dependendo do momento histórico. A formação tem garantido que o ingresso para o exercício docente ocorra a partir dessa formação.

No Brasil a formação de professores passou por uma série de formulações e reformulações de leis. A década de 80 foi de muita importância para a Educação, pois o momento histórico era permeado por insatisfação quanto às mudanças propostas para a formação de professores a partir da lei 5692/71, que foi amplamente discutida e culminou na organização de um movimento entre os educadores conhecido por “Revitalização da Escola Normal”. Em meio ao movimento e as discussões em prol da qualidade, as escolas de magistério registraram cada vez mais, um número excessivo de matrículas e assistiu-se também a chegada de uma nova população, oriunda das classes populares, forçando a implantação de mais salas para atender a demanda inclusive no curso noturno, visando o aluno trabalhador.

Em 1996, a partir da LDBEN nº9394/96 a formação de professores para a Educação Básica no Brasil passou a receber novas orientações, de acordo com o artigo 62.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de ensino, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

As orientações legais necessitavam de normatizações, para que se garantisse as reivindicações oriundas das décadas anteriores, que ocorreram pela mobilização da comunidade educacional organizadas nas várias regiões do país. Seguindo-se às orientações trata-se de:

A criação dos institutos superiores de ensino faz-se presente no artigo 63 da mesma lei

Os institutos superiores de educação manterão:

I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental.

Os professores formados em nível médio na modalidade Normal até 1996, passaram a questionar a validade dos certificados obtidos e a situação funcional exercida. O artigo 87 parágrafo 4º da lei orienta que:

Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

A iniciativa privada de ensino foi atraída com a possibilidade de oferecer cursos de formação de professores, viabilizada pela criação dos Institutos Superiores de Ensino –ISE–, e pela implantação do curso normal superior, que se constitui em foco de formação de professores para a Educação Básica.

2.2 - Parceria

O trabalho desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio de São Paulo, no Programa SESC Curumim, retrata uma proposta para recuperação paralela de

aprendizagem de crianças do Ensino Fundamental do município de São José dos Campos. As crianças se encontram em fase inicial da escrita ou enfrentam dificuldades de aprendizagem. A proposta trabalhou a produção de textos mediada pelo uso de computadores, desenvolvida pela parceria entre uma professora-pesquisadora universitária do Curso de Formação de Professor, Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP e a educadora do SESC, ambas de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil.

A proposta viabilizou a recuperação da aprendizagem de crianças em fase inicial da aquisição da escrita, pela mediação de atividades planejadas, desenvolvidas e avaliadas entre: a pesquisadora-professora e a educadora do SESC, pela comunicação via internet.

Os conhecimentos construídos pelos alunos-professores do Curso Normal Superior da UNIVAP, durante uma disciplina finalizou-se na elaboração de materiais didáticos, visando às novas tecnologias para crianças em fase inicial de escrita. Estes foram utilizados no programa de educação não-formal do SESC, Programa Curumim de São José dos Campos, estabelecendo a parceria.

O planejamento pedagógico elaborado pela equipe do programa SESC Programa Curumim contemplou em 2004, especificamente no segundo bimestre, o tema literatura infantil, como proposta de recuperação paralela das crianças inscritas no programa. De forma lúdica objetivou-se ampliar o universo literário das crianças, por meio de atividades que foram desenvolvidas pela mediação do uso de computadores.

2.2.1 - O Serviço Social do Comércio - SESC

O SESC foi criado em 13 de setembro de 1946, através do Decreto Lei n.º 9.853, assinado pelo presidente da República general Eurico Gaspar Dutra. A inspiração para a criação do SESC começou de fato um ano antes do decreto lei, em 1945, quando se encerra o período do Estado Novo, regime ditatorial implantado pelo presidente Getúlio Vargas, após o golpe de Estado de 1937 (SESC, 1986).

A criação do SESC, na mesma época em que também surge o SESI – Serviço Social da Indústria, o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, é uma conseqüência da chamada “Era Vargas”, que estimulou a expansão das atividades econômicas urbanas e provocou o deslocamento do eixo produtivo da agricultura para a indústria, estabelecendo as bases da modernidade econômica brasileira (SESC, 1986).

Em 1986, estudos voltados para o público infantil, pelos técnicos do SESC de São Paulo, deu origem a um documento chamado PIDI – Programa Integrado de Desenvolvimento Infantil. Este programa foi implantado com uma metodologia específica, a partir de 1987, aliando uma proposta de lazer e educação através do teatro, do esporte, de oficinas de criatividade, dança e artes. Conhecido, a princípio, como Projeto SESC Curumim, atualmente é chamado de Programa SESC Curumim, desenvolvido em 14 unidades, inteiramente consagrado aos filhos de comerciantes de baixa renda (SESC, 1986).

Atualmente, o SESC atende o Estado de São Paulo com 14 unidades na Capital e 13 unidades no Interior. A programação é a mais variada no campo cultural e social, abrangendo as áreas de teatro, música, dança, literatura, artes plásticas e visuais, cinema e vídeo, esportes, corpo e expressão, sociedade e cidadania, natureza e meio ambiente, saúde e alimentação, infantil, terceira idade, turismo social.

Unidades SESC Capital de São Paulo:

SESC Belenzinho, SESC Carmo, CINESESC, SESC Consolação, SESC Interlagos, SESC Ipiranga, SESC Itaquera, SESC Odontologia, SESC Paulista, SESC Paraíso,

SESC Pinheiros, SESC Pompéia, SESC Santo Amaro, SESC São Caetano do Sul, SESC Vila Mariana.

Unidades SESC Interior de São Paulo:

SESC Araraquara, SESC Bauru, SESC Bertoga, SESC Birigui, SESC Campinas com extensão em Sorocaba, SESC Catanduva, SESC Piracicaba, SESC Ribeirão Preto, SESC Santos, SESC São Carlos, SESC São José dos Campos, SESC Taubaté extensão Guaratinguetá.

A finalidade do Programa Integrado de Desenvolvimento Infantil – PIDI é promover o desenvolvimento integral da criança, para suprir as lacunas deixadas pela instituição escola e pela família, relativizando o peso das desigualdades sociais no acesso à produção e ao usufruto dos bens culturais, formando cidadãos conscientes e participativos da vida em sociedade (SESC, 1986).

Para alcançar esta finalidade o Programa busca proporcionar o uso do tempo livre das crianças por um conjunto de atividades integradas que possibilitem sua socialização, o desenvolvimento psicomotor, sua expressão sensível e desenvolvimento físico, bem como o domínio do meio em que vive; suprir as carências de espaços e atividades próprias para a idade que se verificam no meio urbano, recuperar o lúdico como instrumental mais apropriado à vivência de situações de autoconhecimento e de conhecimento do meio, de expressão e desenvolvimento global da criança (SESC, 1986).

O processo de socialização da criança é exercitado no convívio social, na percepção de sua individualidade e na compreensão gradativa dos processos básicos da vida em grupo e em sociedade. Outra característica é o desenvolvimento psicomotor, de modo a que as fases de maturação psicológica, e a destreza encontrem as condições adequadas a cada faixa etária, e o seu desenvolvimento físico em consonância com sua estrutura básica, e para a iniciação em práticas esportivas voltadas para o lúdico.

Outras habilidades são proporcionadas oferecendo condições para sua expressão sensível, descoberta de potencialidades e interesses, nos aspectos da plasticidade, do movimento, da musicalidade e do imaginário, inclusive compensando as insuficiências e limitações do meio social de origem.

Desta forma, contribui-se para compreensão do meio em que vive, dotando-a de referências que possibilitem o domínio dos principais aspectos que compõem o quadro da atividade humana, estimulando a curiosidade infantil para a exploração do ambiente, dos materiais e das linguagens expressivas.

Para o desenvolvimento desse trabalho é necessário um tempo mínimo da criança na instituição, a fim de que possa estabelecer vínculos. A equipe de educadores de cada unidade tem autonomia para planejar pedagogicamente e identificar critérios condizentes com a realidade das crianças que freqüentam a unidade.

A freqüência da criança no SESC implica em parceria no âmbito familiar, daí ser aconselhável uma constância mínima nos dias da semana e nos horários das sessões, sem nenhuma exigência rígida referente aos dias da semana que freqüentará ou o horário. Por exemplo, uma criança pode participar duas vezes por semana, das 14h às 15h30 ou das 15h30 às 17h. A flexibilidade de horário faz parte da proposta Curumim.

O programa deve pressupor uma ação prolongada no tempo que o caracterize como um processo gradativo de complexidade, mesmo considerando um público rotativo, com um natural índice de evasão e inclusões (SESC, 1986).

2.2.2 - Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP

A Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, criou o Instituto Superior de Educação – ISE – e implantou o Curso Normal Superior em agosto de 2000. O objetivo da instituição centrou-se na formação de professores para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, foram constituídas cinco turmas de alunos e alunas, quatro no período noturno e uma no período diurno.

As características da primeira turma do alunado centravam-se em professores efetivos das redes municipais de educação da região do Vale do Paraíba, professores efetivos da rede estadual, professores contratados por escolas particulares e professores da rede estadual paulista Admitidos por Contrato Temporário (ACTs). As inquietações dos professores apontavam para uma data específica; o final da década da educação.

A formação em nível superior transformou-se em desafio, pois não se tratava em oferecer formação inicial de professores, mas sim em desenvolver proposta para professores formados e com experiência docente, ou seja nossos pares, professores de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

A instituição universitária passa a assumir responsabilidades uma vez que é de sua competência: ensino, pesquisa e extensão. Características estas que não podem ser ignoradas, no que se refere ao ensino, traduzida pela formação inicial e continuada de professores. Pela extensão, pois inserida em comunidade específica contextualizada socialmente. Pela pesquisa, pela produção científica em projetos de investigação, mediando a integração de instituições de educação básica e instituições de educação superior.

2.3 - O relato da experiência:

Público:

Crianças de 7 a 12 anos, filhos de comerciários e da comunidade. As crianças são alunos e alunas regularmente matriculados(as) e freqüentes da rede pública de ensino, na cidade de São José dos Campos, no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, Brasil.

Identificação dos problemas de aprendizagem no processo de aquisição da língua escrita, leitura e letramento:

As crianças em fase inicial de escrita e as que apresentavam dificuldades tais como: problemas na produção de texto, troca de letras, leitura silabada.

O programa de educação não-formal SESC Curumim de São José dos Campos, em seu planejamento para o programa em 2004, incluiu a literatura infantil como possibilidade de recuperar a aprendizagem das crianças no processo de escrita, leitura e letramento, com atividades planejadas, desenvolvidas e avaliadas pela parceria entre a professora universitária e a equipe pedagógica do programa SESC Curumim.

1º Bimestre – março e abril

Objetivos:

- Desmistificar as noções tradicionais de leitura e de escrita
- Inserir as crianças como autores que produzem seus próprios textos e mobilizam suas hipóteses sobre a construção da língua escrita.

- Estabelecer uma linguagem própria às crianças que permita a retomada do percurso de aprendizagem e a identificação das dificuldades de cada criança.
- Proporcionar um espaço virtual em que a criança, sem censura frente à aprendizagem, resgate sua auto-estima positiva

Etapas:

-Foi levantado com as crianças o seu conhecimento construído sobre literatura em vários livros infantis.

-Foi pedido para que cada um trouxesse o livro que mais gostava.

-Em seguida promoveram-se rodas de conversas para discutir sobre os livros que já tínhamos na biblioteca e os trazidos pelas crianças.

-As crianças escolheram cinco livros.

-As histórias escolhidas foram contadas pelas próprias crianças com um trabalho de expressão corporal, através dramatização que se incluiu a mímica e a expressão corporal.

-As mesmas histórias foram *escaneadas* e depois recontadas pelos instrutores.

-Em um segundo momento as crianças puderam, via CD-ROM's assistir a cada uma das histórias através da leitura das imagens e com o suporte dos instrutores, pela utilização do programas de apresentações, como o *Power point*, puderam reescrever a história.

-Várias etapas constituíram esses momentos de aprendizagem onde cada um pode ser responsável e optar pelas atividades como: leitura da imagem e escrita de textos, leitura de textos e ilustração pelo *Paint*, leitura da imagem e reescrita, até a produção de sua própria história.

O que as crianças aprenderam:

- Identificaram a diversidade textual.
- Observaram e descreveram diferentes histórias infantis.
- Elaboraram novos textos
- Desenvolveram melhor auto-estima em relação à aprendizagem
- Sentiram-se seguros em construir conhecimentos
- Ampliaram o universo lingüístico
- Diferenciaram as características próprias do texto oral e do texto escrito

3. Considerações Finais

A comunicação pela utilização de novas tecnologias, programas e computadores, faz com que essas crianças ao estabelecerem uma linguagem sem a mediação humana imediata, entre professor e aluno, mas sim entre máquina e usuário, apresente uma nova e diferente maneira de construir conhecimento.

A linguagem mostra-se de fundamental importância para recuperar a aprendizagem de crianças em fase inicial da alfabetização e letramento, pois proporciona um espaço virtual em que a criança, sem censura frente à aprendizagem, resgata sua auto-estima positiva e torna-se suscetível à aprendizagem, uma vez que ao ser identificada como portadora de dificuldade de aprendizagem, pela professora e legitimada pela escola, sente-se excluída e isolada das demais.

A comunicação com internet e pela troca de e-mails entre a professora universitária e a educadora apresentou-se pertinente à Formação Continuada de Educadores à Distância, projeto que merece maior aprofundamento por parte de

Instituições de Ensino Superior, por ser de relevância social e acadêmica, principalmente em países como o Brasil, para superar grandes distâncias geográficas.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 5692, 11 de agosto de 1971.
- _____. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9394, 20 de dezembro de 1996.
- BRASILIA (Distrito Federal) – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Propostas Emergenciais para Mudanças na Educação Brasileira. Seminário de Trabalho: Reafirmando propostas para a Educação Brasileira. DF, 18 a 21 de fevereiro de 2003.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº NE/CP 009/2001 de 8 de maio de 2001.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. Referenciais para Formação de Professores. Brasília, 1999.
- FERREIRO, E. & TEBEROSKY, A. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- KLEIMAN, Ângela, B. (org) “Os significados do letramento”. Campinas, SP, Brasil, Mercado das Letras, 2003.
- PIAGET, J. & INHELDER, B. A psicologia da criança. São Paulo: Difel, 1974.
- PIAGET, J. A linguagem e o pensamento da criança. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. Administração Regional no Estado de São Paulo. Programa Integrado de Desenvolvimento Infantil. São Paulo: SESC, 1986.
- SOARES, Magda. “Letramento um tema em três gêneros”. Belo Horizonte, MG, Brasil: Autêntica Editora, 2003.